

## ***DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA***

---

**FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Recolho, de trabalho recente do Senhor Ministro Moreira Alves, apresentado em ciclo internacional de estudos de Direito realizado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, um diálogo que Sua Excelência informa haver travado, nos idos de 1987, com um casal de juristas franceses, ela, catedrática de Direito Comparado, da Sorbonne e ele, advogado credenciado junto à Corte de Cassação da França. Depois de conhecerem nossa Corte maior, procuraram saber quantos processos seriam ali julgados por ano. Precisamente para não errar nas contas, o Ministro recorre a umas estatísticas já editadas e disponíveis sobre sua mesa. Os números lá estavam estampados — 18.000 processos! O olhar de espanto dos visitantes ficou impregnado na mente do Ministro. Era como se dissessem — informa — "essa gente, ou é maluca, ou irresponsável".

Sem pretender entrar no mérito do presumido julgamento dos visitantes de 11 anos atrás, temo que retornem ao Brasil e desejem sondar como vão as coisas para o lado do Supremo. Perplexos, verificariam que, durante o primeiro semestre deste ano de 1998, ingressaram, já, naquela Corte — e aguardam julgamento — mais de 25.000 feitos. E a eles, visitantes, não se poderia negar a informação de que, no segundo semestre, costuma ser bem maior o número de demandas, o que os levaria à conclusão de que 50.000 processos terão ingressado no Supremo Tribunal Federal brasileiro até o final do presente exercício. Motivo de admiração? Não, certamente, para os juízes brasileiros. Porque todos sabem que, em 1997, foi de 40.000 o número de feitos que demandaram a Suprema Corte. O que não se sabe, ao certo, é como reagiriam os visitantes diante da assustadora estatística.

O episódio revela o quadro de angústia que constitui a rotina do juiz brasileiro. O inevitável sentimento de frustração é acentuado pela consciência do julgador, que sabe ser a justiça tardia uma *injustiça qualificada e manifesta*, como reflete o incomparável **Rui Barbosa** em sua Oração aos Moços.

A questão, entretanto, tem o outro lado ainda mais perverso. Quero referir-me à expectativa de justiça, ou de direito, estimulada na consciência do povo e a ele apresentada como sua grande conquista — uma espécie de troféu da sonhada democracia, expectativa, afinal, frustrada pela incerteza de que um dia possa vir a ser atendida.

Quem reporá, na consciência da população, a esperança extraviada? Que efeito poderá ter sobre a nacionalidade o retardamento do serviço da Justiça?

Se é leviana a tentativa de encontrar respostas para essas questões sem o necessário conhecimento dos fatos, profundamente injusto e doloso é o gesto de atribuir culpa a pessoas e instituições que estão precisamente trabalhando para reduzir os impactos negativos que produzem sobre os mais fracos.

É chegada a hora da verdade. Apontar culpados pode ser arma de grande utilidade para a satisfação de interesses pessoais, mas quase sempre o atendimento de interesses pessoais prejudica o coletivo. No caso em exame, prejudica a nacionalidade e enfraquece o ânimo de quem esteja comprometido com seu fortalecimento.

A pletora de demandas que se precipita sobre os juízes e os tribunais de todo o país, inviabilizando a adequada prestação jurisdicional, constitui um desafio a ser enfrentado com determinação e coragem, não só pelos chamados operadores do Direito, nem só simplesmente por juízes, mas por todos os segmentos lúcidos da população brasileira. Trata-

se de uma verdadeira mobilização, tantas são as frentes de trabalho que devem ser ativadas para a consideração do problema.

Em primeiro lugar, é indispensável considerar a pertinência de remédios como o efeito vinculante, instrumento que de modo nenhum enfraquecerá o papel do juiz, mas trará às demandas judiciais um componente de racionalidade que será facilmente percebido por toda a população, sobretudo por aqueles que estão permanentemente batendo às portas do Judiciário, para verem reconhecidas as suas aspirações e legitimados seus direitos.

Que venha o instituto, ainda que para ter incidência sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal, ao menos para desobrigá-lo de voltar a questões sobre as quais já preexistia o posicionamento conclusivo da Corte, e para respaldar decisões singulares na ponta do sistema, onde os pleitos poderiam encontrar imediata decisão.

Mas a simples adoção desse remédio talvez não baste, tendo em vista que outros fatores concorrem para a sobrecarga de feitos nos tribunais da República. É preciso que as mentes se abram sobre outras conquistas, o incidente de inconstitucionalidade, por exemplo, que permitiria ao STF a avocação de tese constitucional de interpretação controvertida. Já representaria um grande avanço, mas não ainda, repita-se, suficiente. A ela, deveria ser somada a reconquista da arguição de relevância, adotada pela Corte, nos limites da sua competência, nos idos de 1975, com a devida reformulação.

E, a par de tudo isso, é imperioso que se reestude a própria Constituição, imensamente analítica e, por isso, fonte permanente de questões que terminam inexoravelmente na Corte Constitucional.

Ajustar a Magna Carta, para que ela incorpore esses novos mecanismos, não significa retirar dela as conquistas pelas quais passou a ser conhecida como a Constituição-Cidadã. Antes, os ajustes deverão

capacitá-la a oferecer a plena realização da cidadania, inclusive pela agilidade dos mecanismos de efetiva distribuição da justiça.